



POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E MIGRAÇÕES

INDIGENOUS PEOPLES, QUILOMBOLAS¹ COMMUNITIES AND MIGRATIONS

Marcos Mondardo – UFGD – Dourados – Mato Grosso do Sul – Brasil

marcosmondardo@yahoo.com.br

Rosânia do Nascimento – PPGAS - Museu Nacional/UFRJ – Rio de Janeiro – Brasil

nascimentozane.unb@gmail.com

*Eu venho da grande floresta,
Do rio, minha festa, quero a vida cantar.
Nosso grito na cidade ecoou,
O canto dos povos estrondou,
Guerreiros aguerridos,
Vem vindo para se unir.
Na terra que o sangue banhou,
Uma nova geração levantou,
Com garra e coragem,
Luta e canta sua nação.
Revive o que de fato é seu,
A cultura desses povos não morreu,
Na pele grande tela,
O grafismo é nossa voz.
Na pena um significado singular,
A liberdade que se tem
Como pássaro a voar.
A ancestralidade pede paz,
Ela é a força da identidade,
Na aldeia ou na cidade,
Nossa uka não se desfaz.*

¹ É intenção política manter o termo “quilombolas” para a tradução em língua inglesa. Em geral, no Brasil, tem sido traduzido por “communities maroons”. Como nos ensina Malcolm Ferdinand (2022), na América Latina e Caribe, as resistências negras à escravidão colonial se apresentaram na formação de palenques, quilombos, mocambos, cumbes, mambises, por isso o autor sugere que ao invés de reforçar as diferenças semânticas entre elas, nos atentemos às características comuns a esses fenômenos e experiências afrodiáspóricas.

(Márcia Wayna Kambeba, 2020, p. 36).

Contribuindo com a produção e divulgação científica no Brasil há pouco mais de uma década, a Revista Tocantinense de Geografia, da Universidade Federal de Tocantins (UFT), *campus* Araguaína, com este conjunto de trabalhos acadêmicos (artigos científicos, ensaios e uma resenha crítica), inaugura a seção dedicada à recepção de dossiês temáticos. No intuito de contribuir com as lutas dos povos indígenas, comunidades quilombolas e os/as migrantes contra as injustiças étnicas, raciais e ambientais, este número da Revista Tocantinense de Geografia apresenta o Dossiê intitulado **Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Migrações**.

Márcia Wayna Kambeba, indígena mulher pertencente ao povo Omágua/Kambeba no Amazonas, Alto Solimões, nascida na Aldeia Belém do Solimões do povo Tikuna, é autora do texto de abertura da apresentação deste dossiê sobre ancestralidade, lutas e re-existências. Nele, demonstra um pensamento sensível e crítico com os povos indígenas e uma luta descolonizadora por meio dessa relação indissociável entre a terra e os povos que estão conectados à ancestralidade. As relações de parentesco, de saberes passados de geração para geração, de territorialidades ancestrais para as “novas” territorialidades, bem como por meio dos cantos, dos seres encantados, das multiespécies, das práticas, estão associadas aos territórios de re-existência e ao futuro dos povos. Assim, os territórios ancestrais podem também ser imaginados e até mesmo sonhados. E, pensando nesse imaginário, nesse sonho, nessa ancestralidade, que sua construção tem continuidade, como no *continuum* da natureza vista por meio do “corpo-território ao território-corpo (da terra)” vivida pelos povos indígenas, como assevera o geógrafo Rogério Haesbaert (2020).

O ambientalista e líder indígena Ailton Krenak (2022), do Povo Krenak-MG, afirma que “o futuro é ancestral”, pois, “os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”. Ele alerta que não dá para “adiar o fim do mundo se não mudarmos a ideia que temos de tempo” e, conseqüentemente, de

espaço, podemos acrescentar. O caminho desse futuro possível é olhar para os povos tradicionais, os nossos ancestrais. Para Ailton Krenak, existe o agora, mas nós não somos capazes de suportar esse agora. Por esse motivo estamos correndo para algum lugar no futuro ou imaginando algum lugar no passado, e o lugar onde nós estamos é o planeta Terra. O futuro do planeta passa pela questão do clima, pelo risco de uma extinção agora e das novas gerações. Entretanto, segundo ele, “o petróleo continua sendo o modo de vida moderno”.

Por isso, o futuro é ancestral e deve olhar para as crianças, para a educação das crianças. Ailton Krenak (2022) afirma que a educação não deve reproduzir, nem copiar, no sentido de transformar as crianças em robôs. Isso vem ocorrendo, como suposto modelo a ser seguido, nos chamados países desenvolvidos, em que as novas tecnologias, como a do celular, reproduzem esse padrão de comportamento, marcado pelas novas técnicas de poder do capitalismo neoliberal, que acessam a esfera da psique, convertendo-a em a maior força de produção, como alerta o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2018).

Ailton Krenak (2022) afirma que a sua esperança é de que as crianças sejam educadas pela Terra (enquanto planeta Terra), para que tenhamos a capacidade de transmitir para as crianças o sentimento da Terra. O pensador indígena afirma de forma contundente que “a Terra educa mais que a escola” voltada para as tecnologias, demonstrando que “escolas são mais do que prédios”, pois há ali toda uma sociabilidade vivida, gestada e organizada pela e para o sentimento do planeta Terra.

Vivemos, portanto, num mundo em crise, num período de turbulência na geopolítica global, permeado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia que, há mais de um ano de duração, e que não tem previsão de término, apresenta consequências sobre diversos grupos sociais vulnerabilizados. Embora os povos indígenas – e em especial os brasileiros – tenham exercido um protagonismo na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que ocorreu de 6 de novembro a 18 de novembro de 2022, em Sharm El Sheikh, Egito (África), os acordos internacionais para mudanças efetivas e concretas pouco avançaram no sentido de combater o aquecimento do planeta, a

diminuição da emissão de gases de efeito estufa e suas consequências na forma de desastres em várias partes do mundo, sobretudo, nos países e cidades de maior densidade populacional, portanto, com expressiva presença de migrantes e pobres. A economia de baixo carbono e das tecnologias limpas apresentam-se como soluções, ainda que mitigadoras, das ações predatórias do neoextrativismo mineral e vegetal do labirinto capitalista, denunciadas pela assunção do giro ecoterritorial (SVAMPA, 2019; ACOSTA e BRAND, 2018).

Na cúpula, a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) e a Coalizão Negra por Direitos tiveram papel fundamental no debate acerca do racismo ambiental e justiça ambiental com forte incidência política na cobrança da implementação de metas efetivas em defesa da demarcação dos territórios quilombolas e no combate das consequências da mudança climática nas periferias e comunidades urbanas, formadas demograficamente pela população negra. Na configuração ministerial do atual Governo Federal, algumas destas agendas se confirmam na representatividade de algumas pastas: a intelectual, educadora e ativista Anielle Franco à frente do Ministério da Igualdade Racial (MIR); o jurista e filósofo Silvio de Almeida, no Ministério dos Direitos Humanos (MDH); a cantora e ativista Margareth Menezes, com larga experiência na área da cultura, sustentabilidade e educação, à frente do recriado Ministério da Cultura (MinC) e, por fim, a política e dirigente partidária Luciana Santos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Como afirma o intelectual antilhano Malcolm Ferdinand (2022, p. 26), na sua obra *Uma ecologia decolonial*, a fratura ambiental investe na hierarquização dos termos natureza, planeta e meio ambiente escondendo “a diversidade de ecossistemas, dos lugares geográficos e dos não humanos que os constituem”. Portanto, tensionar os conflitos internos do ambientalismo do Norte Global é questionar “um espaço Branco e majoritariamente masculino”. Insiste o autor que se repense a *fratura ambiental* dos nossos tempos inextricavelmente a partir da *fratura colonial*, remontando, no mínimo, aos processos históricos dos genocídios e etnocídios sofridos pelos povos originários e africanos.

Para tanto, o autor segue destacando as feridas infligidas à Terra pelas empresas coloniais denunciadas na Primeira Cúpula Nacional de Liderança Ambiental dos Povos Racializados [First National People Of Color Environmental Leadership Summit], ocorrida nos Estados Unidos, em 1991. Na região, América Latina, há que se salientar o protagonismo do movimento ecologista afrocolombiano representado por Francia Márquez, atual vice-presidenta daquele país, e do continente africano, a marcante presença da bióloga queniana Wangari Maathai, agraciada pelo Prêmio Nobel da Paz, em 1994, pelo seu engajamento político e científico no Movimento do Cinturão Verde (FERDINAND, 2022).

No Brasil, a conjuntura política e ambiental dos últimos anos tem feito com que predomine situações preocupantes e desafiadoras com relação aos povos indígenas, comunidades quilombolas e diversos grupos migrantes. Além da pandemia da COVID-19 e de todas as suas desigualdades e mazelas sociais, econômicas, políticas, ambientais e psicológicas, pautas legislativas extremamente antiambientais tem avançado no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), como o pacote do veneno, da grilagem, da mineração, das terras indígenas, do licenciamento ambiental, dentre outros, tem feito severas vítimas desse violento colonialismo extrativo, como a crise humanitária e sanitária do povo Yanomami. Mesmo com a contenção territorial das terras indígenas criadas por barreiras sanitárias durante a pandemia, a ação de não indígenas, de mineradoras no garimpo ilegal, de madeireiros no desmatamento ilegal, invadiu as terras indígenas, como vêm acontecendo na Amazônia brasileira, a exemplo da maior terra indígena no Brasil, a Terra Indígena Yanomami, na fronteira Brasil-Venezuela, gerando desnutrição e mortes de crianças, de jovens, adultos, mulheres e idosos.

Em contrapartida, as resistências sociais se concretizam na formação da primeira Frente Parlamentar dos Povos Indígenas, a chamada Bancada do Cocar, destacando-se por apresentar formas e estratégias contracoloniais de *mulherizar* e *indigenizar* a política nacional, como costuma invocar publicamente a deputada federal eleita por Minas Gerais, Célia Xakriabá (Psol-MG). Para confirmar o alcance da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da

Ancestralidade (ANMIGA) na sociedade brasileira, a ativista e intelectual Sônia Guajajara (Psol-SP), eleita deputada federal pelo estado de São Paulo, em 2022, assumiu o inédito Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Nesse ínterim, faz-se necessário mencionar os significados simbólicos e históricos representados na posse da primeira deputada indígena eleita na Nova República, Joênia Wapichana (Rede-RR), à frente da presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas² (Funai).

Diante da conjuntura política, econômica e social a qual estamos inseridas/os, este Dossiê visa, em primeiro lugar, alinhar-se às premissas da produção acadêmica oriunda das resistências sociais, científicas e políticas protagonizadas por movimentos, tradições e entidades dos povos e comunidades tradicionais em contraponto a tudo aquilo que a *fratura colonial* produziu e que, de maneira catastrófica, nos trouxe à crise climática e ambiental que atinge, com maior impacto, os corpos, seres não-humanos e territórios racializados da América Latina, Ásia e África.

Em segundo lugar, as peças que constituem o Dossiê são fruto de pesquisas realizadas na universidade pública brasileira por autorias diversas, incluindo geógrafas/as, historiadoras/es, antropólogas, juristas e psicólogas dos seguintes grupos: mulheres, povos indígenas, comunidades quilombolas, população negra e de contextos regionais para além do Centro-Sul do país. Assim, as autorias partem da necessidade de romper com as hierarquizações da modernidade, tensionando os novos interesses e temáticas de estudo a partir da ciência geográfica e áreas afins.

Para tal propósito, a justiça ambiental e social podem ser entendidas no ensinamento da geógrafa indígena Márcia Wayna Kambeba, na orelha do livro *Mulheres de Terra e Água*, ela diz: “a terra é uma mulher bem idosa, que carrega nas costas todo o lixo produzido pela humanidade e, mesmo assim, continua ajudando todo mundo a viver. [...] Recebemos a vida e a nós cabe a responsabilidade de dançar com ela” (LOSITO, 2022).

² Reivindicado pelos movimentos indígenas, o órgão federal responsável pela política indigenista passou por mudança de nome, anteriormente chamado de Fundação Nacional do Índio, a inclusão do termo “Povos Indígenas” foi assegurado pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, assinada pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores).

O Dossiê

Neste Dossiê, reunimos o total de 16 artigos e uma resenha crítica. No primeiro texto, Francisco Joedson da Silva Nascimento, educador e geógrafo indígena do povo Kariri do Ceará, apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida junto ao mestrado em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG), tendo como objetivo primordial compreender o processo de aparecimento político dos Kariri de Poço Dantas-Umari, em Crato-CE. O artigo, escrito em primeira pessoa, elege para análise o território multiétnico em confluência política e cultural com o aparecimento político de outras comunidades dos Kariri da Aldeia Gameleira, que estão situadas nos limites dos municípios cearenses de São Benedito e Carnaubal e, por sua vez, contíguos ao município piauiense de Queimada Nova.

Combatendo a marginalização dos povos indígenas do Nordeste nas tradições etnológicas no Brasil, o autor detém análise acerca dos contextos específicos de circulação e mobilidade espacial de pessoas e informações a fim de corroborar as premissas conceituais do território, territorialização e terras indígenas a partir de noções conceituais como “aparecimento político”, “emergência étnica” e “repertórios de lugares”. Na sequência do artigo, o autor toma como foco as trajetórias políticas de três mulheres indígenas, sendo elas: Dona Tereza Kariri, Cristina Kariri e Mariana - nome fictício-, esta última co-fundadora da Associação Indígena Kariri-AIKA. Foi a articulação de parentes feita por essas mulheres e outras pessoas indígenas que, por consequência, consolidou as viagens e a circulação de informações em defesa da reivindicação indígena do Ceará e de outras comunidades limítrofes com o estado do Piauí, como anteriormente mencionadas.

Na trilha dos povos indígenas do Ceará, as geógrafas Denise Cristina Bomtempo e Ilana Maria Braga Soares se colocaram no desafio de tecer este denso artigo para apresentar a territorialidade dos Jenipapo-Kanindé, da Terra Indígena Lagoa da Encantada, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza/CE. Recorrendo à pesquisa de campo, a proposta teórico-metodológico baseia-se também no levantamento bibliográfico, organização de tabelas, leitura e interpretação de dados secundários

referentes à comunidade indígena investigada. Dividido em três partes, ao longo do artigo as autoras percorrem a trilha orientada para o debate das dimensões conceituais de território e territorialidades, passando pelos aspectos principais que conformam as especificidades dos Jenipapo-Kanindé.

No Ceará, segundo as autoras, a presença de povos indígenas “concentra-se principalmente no Litoral, Sertão Central (no Centro) e Sertão dos Inhamuns (região Centro Oeste)”, sendo assim, o tardio reconhecimento étnico abriu precedentes para o aumento de conflitos envolvendo os setores do agronegócio, do turismo, da indústria. Portanto, Denise Cristina Bomtempo e Ilana Maria Braga Soares afirmam que o processo demarcatório dos Jenipapo-Kanindé encontra-se estagnado. Situados, hoje, no litoral de Aquiraz/CE, o grupo luta para romper a invisibilidade em seu próprio estado e garantir os seus direitos, muitas vezes, vilipendiados em favor do complexo turístico, como é o caso do “Beach Park, considerado o maior parque aquático do Brasil”, argumentam. Ao final, elas destacam a centralidade das resistências de indígenas mulheres e da juventude em suas organizações e na articulação regional e nacional com outras lutas políticas.

No campo da educação e processos educativos indígenas, Pamela Staliano, Kyara Mauriane Oliveira Grandini, Rebeca Valdez Santos e Tawana Mirelle Gonçalves de Oliveira apresentam suas reflexões sobre crianças indígenas e educação infantil a partir do documentário Waapa, de 2017, que “retrata a relação entre o corpo-alma na infância dos povos Yudjá, residentes da aldeia Tuba-Tuba”, no Parque Indígena do Xingu, localizado estado do Mato Grosso. Seguindo a teoria decolonial e da interseccionalidade, as autoras elegem a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin para repensar o que significam as infâncias para os povos indígenas na América Latina após o constructo da colonização e colonialidade. Cumprindo as premissas políticas e teóricas, as autoras ressaltam a importância das atividades desenvolvidas por elas no âmbito do PET- Conexões de Saberes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e do Grupo de Estudos sobre Fronteira, Violência e Gênero.

Para as autoras, que organizam os resultados em três eixos principais: natureza, gênero e cultura, o referido documentário consegue transmitir ao público a sensibilidade em compreender as infâncias a partir das cosmologias dos povos Yudjá, que é integrada ao território tradicional, às parentelas, aos seres celestiais, oníricos e não-humanos e aos ancestrais. Portanto, o brincar e viver para as crianças Yudjá também se dá na apreensão e interconexão integral da cura (ritos e remédios), do lúdico, do saber, da aquisição e desenvolvimento de habilidades e técnicas. Ao longo da película, como defendem as autoras, há destaques positivos para a valorização da espiritualidade, dos lugares culturais, sociais e geracionais constituídos também nos ritos de passagem vividos pelas crianças Yudjá.

No quarto artigo, Fredson Antônio Souza da Silva e Josué da Costa Silva da Universidade Federal de Rondônia analisam relatos culturais e políticos do Povo Macuxi como resultado de uma visita, no ano de 2020, à comunidade Central, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no município de Uiramutã, Roraima. Nessa visita puderam experimentar um pouco do cotidiano dos moradores e obter os diálogos que contribuíram para a construção deste trabalho. Os autores tiveram como objetivo demonstrar as diferentes relações da comunidade como as visões de mundo, o modo de viver e os contatos conflituosos com não indígenas, tais como posseiros, fazendeiros e garimpeiros. Os geógrafos afirmam que “nota-se que a comunidade Central tem influência na região, principalmente por estar em uma posição estratégica (fronteira) onde há uma ausência do Estado, que é ‘substituída’ pelas ações, observações e ‘vigilância’” da própria comunidade.

O texto esclarece quem é o Povo Macuxi, a Comunidade Central e o cotidiano da mesma. Para isso, observaram em trabalho de campo a cultura alimentar do Povo Macuxi como as plantações da mandioca, as pequenas criações como galinha e porco, e as atividades na roça que são frequentes e englobam principalmente as mulheres. “Essas atividades envolvem o trabalho com a mandioca que é matéria-prima para bebida (caxiri) e comida (farinha, beiju, tapioca) da comunidade”, afirmam. Por fim, demonstram a questão política na Comunidade Central e arredores, as relações interpessoais e intercomunitárias, e da importância das organizações indígenas nas

decisões para o planejamento de atividades, seja cultural ou econômica, como, no exemplo da reunião regional do Conselho Indígena de Roraima. Esse artigo pode ser visto, dentre outros aspectos, pela valorização e importância do trabalho de campo na Geografia, sobretudo, em territórios de povos indígenas.

O artigo dos geógrafos Rui Carlos Brurêwa Xerente e Elizeu Ribeiro Lira, quinto do dossiê, aborda primordialmente o ensino de geografia no Centro de Ensino Médio Indígena Xerente Warã (CEMIX), situado no município de Tocantínia-TO. Iniciam o texto partindo da contextualização do povo Akwẽ-Xerente que, nos últimos tempos, luta contra as imposições do reordenamento sociocultural e político advindo, sobretudo, da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento regional como a construção da rodovia 153, a ferrovia Norte-Sul e as hidrelétricas, como a Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Depois disso, os autores centram atenção no papel desempenhado pela escola de nível médio localizada no centro do território Akwẽ-Xerente, distante 15 quilômetros da sede no município de Tocantínia.

Criada em 2005 pelo investimento político de lideranças e caciques deste território, na atualidade a escola possui turmas de Ensino Fundamental dos Anos Finais e Ensino Médio Integrado (curso técnico em Enfermagem e Informática). O referido centro educacional desempenha papel salutar na formação de jovens indígenas, defendendo o ensino-aprendizagem em língua materna, a formação política em diálogo permanente com a agenda política do território, porém, eles identificam carências estruturais, administrativas e pedagógicas. Considerando as legislações educacionais no Brasil, os povos indígenas têm direito “a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária”. Portanto, levam-nos a refletir sobre dois pontos principais: a importância do ensino de geografia ser realizado por um/a professor/a indígena com formação na área, como evidenciado no CEMIX a partir do trabalho realizado pelo docente Kbadimenkwa Xerente, e que a formação de professores/as de geografia em todas as modalidades no Brasil deve avançar para além do tropo da “Geografia dos brancos”.

O trabalho seguinte, de Elemir Soare Martins, é elaborado a partir do seu relato autobiográfico acerca da Educação Escolar Indígena na Aldeia Caarapó-MS, ao mesmo tempo em que apresenta os resultados da sua pesquisa desenvolvida no mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Nascido nesta reserva indígena, o jovem educador e pesquisador do povo Guarani Nhandeva/Kaiowá, pertencente à parentela Escobar, Martins, Vera, Soares, disserta sobre a criação de reservas indígenas no estado do Mato Grosso do Sul desde a época do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) à atualidade, resultando na exclusão social dos povos indígenas, sendo estes ora isolados de outros grupos sociais sul-mato-grossenses, ora alvos de racismo e estereotipação. O autor mostra, partindo da evangelização de sua própria família, como a chegada de igrejas evangélicas alterou drasticamente os ritos de passagem de crianças e jovens guaranis, por exemplo.

Criada em meados da década de 1990, a escola indígena possibilitou a inúmeras crianças a alfabetização plena em língua materna, a Língua Guarani. Um dos primeiros professores da unidade escolar, Alécio Soares Martins, dedicou-se a aproximar as/os estudantes dos/as mais velhos/as e rezadores/as desta reserva em questão. Com os pais e avós, Elemir Soare Martins costuma aprender sobre o *teko porã* (o bem viver indígena) e que os conhecimentos ancestrais se constituem por meio do *kokue* (roça), da coleta de frutos e da caça. Hoje, o pesquisador tem buscado conectar-se aos saberes e conhecimentos espirituais e ancestrais dos xamãs da sua parentela, afirmando-se aspirante a xamã. Assim, ele ressalta que a inserção na Academia possibilitou-lhe adquirir ferramentas analíticas para descortinar a perversidade do projeto colonial-branco na configuração histórica das reservas indígenas do Mato Grosso do Sul e, na atualidade, a denunciar as implicações dos processos de evangelização destes grupos étnicos. O autor, ao final, ressalta as experiências culturais, espirituais e educacionais do seu povo e de sua própria trajetória acadêmica e política.

Fechando essa primeira seção do dossiê, Marcos Mondardo, professor do Curso e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD, em Dourados, no Mato Grosso do Sul, analisa por meio de suas vivências – como morador, professor e pesquisador – com os Guarani, Kaiowá e Terena nesse estado, na fronteira do Brasil com o Paraguai,

em seu texto, as Geografias indígenas e territórios ancestrais. No artigo, o geógrafo demonstra como que as “geografias indígenas”, mesmo que por vezes ocultadas, possuem relações muito profundas com a Geografia, seja por meio da pesquisa e do estudo dos vínculos entre povos originários e/ou sociedades tradicionais e a natureza. Essa relação constitui, afirma o autor, uma das raízes mais antigas e fundantes da Geografia.

Embora, no Brasil, as pesquisas com povos indígenas tenham padecido à certa tradição no campo da Geografia, especialmente entre as décadas de 1950 e 1990, as geografias indígenas são, para Marcos Mondardo, “uma perspectiva, não um ramo”; são antes “um ‘campo’ flexível, interdisciplinar, dialógico, e com uma abordagem construída pelo foco específico ou uma maneira de olhar os mundos ou modos de ser indígenas; uma atividade profissional das/dos geógrafas/dos indígenas e indigenistas engajadas/dos, ou, de forma particular, uma perspectiva de elaborar saberes, conhecimentos e formular as problemáticas científicas, tendo como arcabouço à memória, à ancestralidade, à vivência e as cosmovisões e cosmopolíticas dos povos originários”.

Esse movimento acadêmico, caracterizado nos últimos quinze ou vinte anos é uma tentativa de descolonizar e revitalizar as bases da Geografia, de uma relação ontológica (do ser) com a natureza, pela conexão dos povos com a terra como chão sagrado e valor cultural, e com a Terra enquanto planeta em que precisamos conviver e sobreviver. Nas geografias indígenas são múltiplos seus desafios, entre os quais Marcos Mondardo destaca, dentre outros, o seguinte: “é importante considerar que as geografias indígenas tratam, em primeiro lugar, da narrativa indígena sobre a própria geografia, tendo nos mitos uma das principais, se não a principal, fonte. As geografias indígenas, quando narradas e protagonizadas pelos próprios indígenas, não representam esses povos, muito menos eles se reconhecem, somente como vítimas de uma geografia e uma história eurocêntrica que os coloniza. Ao narrar seus mitos e o processo de colonização, o colonialismo e a colonialidade, os geógrafos/as indígenas se colocam como sujeitos ativos da própria história e geografia”. Essa contranarrativa permite ver que os territórios são ancestrais.

Na abertura da segunda seção deste Dossiê dedicado às comunidades quilombolas, suas lutas e re-existências, a jurista quilombola Andréa Bomfim evoca o lema “O mar não tem patrão”, do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), a fim de refletir “sobre os processos de controle social em contexto de conflito territorial envolvendo agentes do hidronegócio e a comunidade quilombola e pesqueira de Graciosa (Taperoá/BA), localizada na região do Baixo Sul da Bahia”. Partindo da densa discussão teórica, a autora mobiliza as noções de Quilombos por autorias negras, incluindo a historiadora Beatriz Nascimento e o economista Mário Theodoro.

Na segunda parte, a intelectual traça o processo histórico da comunidade quilombola e pesqueira de Graciosa, fundada historicamente no século XIX. Em seguida, debatendo controle social apoiada na criminologia crítica, apresenta o panorama dos conflitos atuais envolvendo a comunidade frente aos interesses de grileiros e empresários do turismo, maricultura, aquicultura e carcinicultura. Em 2008, em cumprimento às políticas de reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas, a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, dando início a litigância pela demarcação do seu território. Por fim, Andréa Bomfim compromete-se a demonstrar como o seu território e povo, lutando contra o controle social histórico e criminalização no Baixo Sul, investem na retomada dessas áreas cobiçadas por empreendimentos do capital financeiro, apoiando-se na ancestralidade e na luta negra.

Em seu ensaio, a antropóloga Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo dedica-se a refletir sobre a agência de mulheres quilombolas frente aos conhecimentos tradicionais de saúde na Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição de Salinas, situada no Território de Identidade Recôncavo Baiano, na Bahia. Fruto do seu estudo etnográfico realizado neste território com as mulheres mais velhas no ano de 2022, a autora identificou que as mulheres em suas multiplicidades de re-existir como rezadeiras, pescadoras, marisqueiras, sacerdotisas, apoiam-se na lógica biointerativa para produzir e reproduzir o modo de vida tradicional. Apoiada no conceito de biointeração forjado pelo pensador quilombola Antonio Bispo dos Santos, da Comunidade Quilombola de Saco-Curtume, no Piauí, a autora assevera que “as águas da

maré, a terra, os ventos, luas, mangues e a lama são elementos cruciais para a reprodução do modo de fazer, viver e criar artesanais e tradicionais”.

Tendo como horizonte as resistências na defesa do território tradicional, Maria Marcelina Cardozo Teixeira Azevedo defende que a luta pela garantia e preservação do território é também a forma encontrada pelas mulheres para defender a saúde integral e o bem-estar quilombola e pesqueiro. Portanto, o cumprimento institucional dos direitos específicos alinha-se à defesa dos conhecimentos, saberes e práticas ancestrais.

Gildásia Pereira da Costa Borges e Roberto de Sousa Santos, no artigo intitulado *Educação escolar quilombola e o ensino de geografia no ensino fundamental em Araguaínas (TO)*, refletem sobre a aplicação da Lei 10.630/03 e da Resolução nº 8/12 na realidade educacional da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, situada no extremo norte do estado de Tocantins, área conhecida como Bico do Papagaio. A produção lança questões fundamentais para discutir o currículo praticado no Brasil, pois a realidade estudada demonstra que os desafios do ensino de geografia que considera em sala de aula os saberes e práticas locais ainda são numerosos, devendo a legislação educacional e as práticas pedagógicas alinharem-se à valorização do ensino de história e cultura da população negra, indígena e quilombola diante da diversidade existente no Brasil.

Em discussão dos resultados da pesquisa, Gildásia Pereira da Costa Borges e Roberto de Sousa Santos destacam o compromisso da professora de geografia da escola com as premissas ancestrais e históricas negras, possibilitando na prática e cotidiano escolar fundir o currículo praticado com a história e saberes da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente. Por outro lado, corroboram que as/os educadoras/es inseridas/os neste contexto sentem que as secretarias municipais e estaduais deveriam se comprometer eficazmente com a formação continuada de professoras/es sobre a temática étnico racial e quilombola. Para finalizar, destaca-se o devido espaço para uma das lideranças quilombolas se manifestar, o entrevistado ressalta a importância das normativas educacionais antirracistas, no entanto, reitera que o campo da educação

deve ser pensado alinhado à conquista da demarcação dos territórios tradicionais e outras políticas públicas específicas, por exemplo.

Ainda nesta toada, Elaine da Silva Sousa, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal do Goiás (PPGEO/IESA/UFG), apresenta a relação existente entre as mulheres da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e o Festejo da Abolição, realizado no dia 13 de maio de cada ano. Situada a cerca de 60 km da cidade de Araguaína, no Tocantins, a comunidade é reconhecida por suas festas e festejos, profundamente inspirados no anseio da liberdade negra, identidade e territorialidades. Desde a década de 1960, Dona Juscelina, mulher negra maranhense e romeira, ganhou notoriedade na região por manter viva a tradição do Festejo da Abolição.

A autora afirma que concomitantemente à festa acontece a “realização do Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola com parcerias entre a comunidade, a prefeitura municipal e instituições de ensino básico e superior, dentre outras”. A importância fundamental do artigo é traçar os marcadores de gênero, classe, região e raça na construção cultural e histórica da comunidade quilombola investigada. Para atingir tal intento, a geógrafa convida para o seu texto o manancial formado por vozes de mulheres negras como a filósofa Djamila Ribeiro, a intelectual quilombola Selma Dealdina e a potência de suas interlocutoras, como Monaliza Borges de Almeida. Por fim, pensando nas construções simbólicas e culturais, ela reflete acerca dos ritos do Festejo da Abolição, fruto da herança negra, na produção de impactos no espaço urbano local e regional.

Zane do Nascimento, doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional (MN/UFRJ), tece reflexões geográficas a partir da história de uma família negra do Assentamento de Ouriçangas, na Bahia. Baseada nos pressupostos das Geo-grafias Negras, campo teorizado pela geógrafa Geny Guimarães, a autora toma por escopo de análise o pertencimento, terra, gênero e raça em Água Negra, comunidade do romance *Torto Arado*, escrito pelo geógrafo e escritor baiano Itamar Vieira Junior, até os

caminhos que desaguam no Assentamento de Ouriçangas-BA, *lócus* do qual a autora mantém parecenças ancestrais e familiares.

Misturando o passado e presente, geografia e literatura, a geógrafa e antropóloga Zane do Nascimento se compromete em desvelar como a geografia do lugar, termo cunhado pela educadora afro-estadunidense bell hooks, conectando a localização geográfica, a identidade racializada e as impressões ancestrais como lentes para ler e viver o mundo. A autora recupera alguns documentos antigos (jornais, certidões de nascimento, casamento e óbitos) e traça as memórias da sua própria família para dar sentido às lutas, contradições e resistências (com ênfase nas mulheres negras) encampadas pelas famílias agregadas da antiga Fazenda Sertaneja Agropastoril. Atualmente, essas famílias foram assentadas pelo Incra, portanto, o Assentamento de Ouriçangas guarda profunda relação com a luta pela terra, tendo sido considerado “pioneiro” simbolicamente do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Bahia, na Nova República.

Aliando o levantamento bibliográfico, a análise documental e a apreciação do relatório produzido pela Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá, a Kuñangue Aty Guasu, Roberto Lopes Chaparro investiga como a incursão de igrejas neopentecostais a partir do século XX arrefeceu o racismo religioso contra os povos indígenas no Brasil. Como bem apresentado pelo autor, no transcurso da colonização portuguesa as missões religiosas cumpriam o papel de “catequizar” e “civilizar” os povos originários e africanos, de lá pra cá, as dimensões poliédricas da violência colonial aprofundaram outros problemas atuais. Ao recorrer aos dados censitários e outros levantamentos quantitativos, o autor constata o aumento de indígenas evangélicos pentecostais, principalmente aqueles em reservas indígenas no estado do Mato Grosso do Sul.

Em prosseguimento à discussão proposta, Roberto Lopes Chaparro chama atenção para o papel exercido pelo Estado brasileiro nesse processo que ele prefere designar como sendo “colonizador” e “evangelizador”. Para o autor, a omissão em demarcar os territórios indígenas ligada a inefetividade de políticas públicas específicas

ameaça a proteção cultural das tradições, abrindo precedentes para diminuição epistemicida de xamãs entre os *tekoha* Guarani e Kaiowá e, por consequência, no gradual aumento de violência religiosa dimensionada na destruição das Casas de Reza, perseguição, tortura, difamação, incêndios, ataques, violência psicológica e até assassinatos de religiosas tradicionais. Faz-se necessário pontuar que o alvo principal tem sido indígenas mulheres, em suma, rezadeiras e mantenedoras dos cuidados tradicionais e culturais.

No âmbito das reconfigurações territoriais estão as migrações contemporâneas. Nesse sentido, esse dossiê também trata de migrantes senegaleses no Brasil, das trajetórias no deslocamento dos/das romeiros/as negros/as e as bandeiras verdes e dos migrantes retornados (“brasiguaios”) do Paraguai.

Como parte das reconfigurações das dinâmicas transfronteiriças, a doutoranda em História, Vanucia Gnoatto, analisa em seu texto as trajetórias migratórias dos brasileiros retornados na fronteira do Brasil e do Paraguai. Esse processo envolve a migração de brasileiros, que vieram a ser chamados posteriormente de “brasiguaios”, para o Paraguai a partir das décadas de 1950 e 1960, intensificando-se na década de 1970 e reduzindo um pouco esse fluxo na década de 1980 para a região oriental daquele país. Diante desse contexto geohistórico, Vanucia Gnoatto analisa essas trajetórias explorando as memórias dos retornados do Paraguai. Essas trajetórias foram realizadas em estados do Sul do Brasil, em distritos (municípios) de diferentes departamentos (estados) do Paraguai e o retorno ao Brasil para a região de fronteira.

Fazendo uso do método da história oral, a autora realizou pesquisa de campo durante o ano de 2022, em Santa Terezinha de Itaipu, município fronteiriço do estado do Paraná, para compreender esses retornos e as trajetórias migratórias, tendo por base teórica e metodológica da migração os estudos do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998; 2000). O migrante retornado é concebido, nesse caso, por meio da sua trajetória construída até agora, em alusão à concepção de espaço da geógrafa britânica Doreen Massey (2005). Essa trajetória é reconstruída por meio dos relatos coletados oriundos de sua memória. Nessas trajetórias, identificou-se que a migração e o trabalho estão

associados à presença de redes familiares que possibilitam os deslocamentos ao mesmo tempo em que fortaleceram e se solidarizaram para a permanência no Paraguai. Esse estudo também permite observar como a fronteira internacional é um trunfo para esses migrantes, pois com o passar do tempo, viabiliza, de certo modo, esse retorno. Mesmo tendo migrado para o Paraguai, os migrantes brasileiros mantiveram vínculos econômicos e afetivos transnacionais e transfronteiriços com o Brasil, seja pelas relações familiares mantidas, seja pelo acesso aos direitos como os serviços de saúde e aposentadoria.

Bruno Vinicius Noquelli Lombardi, Mirtes Teresinha Werlang e Tarcísio Vanderlinde analisam no artigo intitulado “*Sama ada dafa rafet*” (que significa “a minha cultura é muito bonita”, em uólofe, que é a língua materna mais utilizada no Senegal), as presenças e as manifestações culturais senegalesas no município de Toledo, no oeste do estado do Paraná, no período de 2014 e 2020. Fazendo uso dos conceitos de migração e de refúgio e as modalidades, os autores do texto estudam as motivações e consequências desse deslocamento para o Paraná. Os autores afirmam que “os senegaleses podem contrariar as expectativas de europeização do espaço urbano do município, considerando que ele é composto, majoritariamente, por descendentes de italianos e alemães, pertencentes à Igreja Católica Apostólica Romana. Tanto que no último Censo do IBGE, mais de 70% dos seus habitantes declararam-se brancos e/ou católicos”.

Segundo Bruno Vinicius Noquelli Lombardi, Mirtes Teresinha Werlang e Tarcísio Vanderlinde a territorialidade cultural dos senegalesas no município de Toledo é marcada por “orações religiosas praticadas cotidianamente e eventos organizados por eles ou para eles, como o ‘Grande Magal de Touba’”. Por fim, os autores do artigo consideram que o “grupo de senegaleses de Toledo é composto, majoritariamente, por homens de 20 a 45 anos que trabalham na indústria de alimentos ou indústria de fios. Apesar de sentirem falta de casa, pretendem, em sua maioria, continuar no Brasil, até porque vieram para cá por motivo laboral, para remeter dinheiro à família mensalmente”. Esse texto demonstra as estratégias de permanência e os lugares que

os/as migrantes transitaram, bem como constituíram como seus em outro país e município.

Marcos Pereira Neto, doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, no Instituto de Estudos Socioambientais, analisa em seu artigo as trajetórias no deslocamento dos/das romeiros/as negros/as e as bandeiras verdes, tendo como destaque a missão e romaria em migração no norte do Tocantins. O texto é resultado de dissertação concluída, e de inquietações da pesquisa de doutorado em andamento, tendo como objetivo delinear as trajetórias socioespaciais dos romeiros negros e romeiras negras que se deslocaram com destino às bandeiras verdes no norte do estado do Tocantins.

Compreendendo a migração por meio de classe, raça e gênero a partir da releitura de textos do geógrafo francês Max Sorre, Marcos Pereira Neto interpela as trajetórias no deslocamento espacial dos romeiros em migração e romaria rumo às bandeiras verdes por meio da carga cultural e das técnicas. Para isso ele considera que tendo a narrativa espacial das Bandeiras Verdes, apoiado no Padre Cícero, os romeiros adentraram a mata do Araguaia em busca de um lugar de refrigério, onde pudessem viver e conquistar terra para trabalhar. Segundo o autor “os símbolos ali presentes mostram a carga simbólica desta trajetória de vida e de devoção”, e afirma que “os lugares como o Morro do Santo Cruzeiro, a cidade de Filadélfia, Araguaína, Juazeiro do Norte, Crato, rememorando ao Padre Cícero no Ceará e o cerne das cidades de Aragominas, e de Muricilândia às margens do rio Muricizal compõem esse repertório de lugares vivenciados nas trajetórias do deslocamento dos/das romeiros/as negros/as e as bandeiras verdes”.

Contamos, ainda, com a resenha crítica da socióloga Hellen Rodrigues. Para consagrar a perspectiva das autonomias frente à violação de direitos no Brasil, a autora apresenta o livro *Resistências e Re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*, organizado pela jornalista Elisangela Soldatelli Paim. Partindo da perspectiva do feminismo comunitário e popular, a coletânea publicada em 2020 reúne seis artigos escritos por pesquisadoras, escritoras, lideranças comunitárias e ativistas

articuladas aos movimentos sociais e às entidades representativas como o Coletivo Nacional de Mulheres do Movimento dos Trabalhadores/as Sem Teto (MTST) e a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras.

Hellen Rodrigues detalha como a obra trata a pandemia de Covid-19 somada à financeirização da vida sob égide da gestão genocida e antiambientalista do Governo Bolsonaro aprofundou as fendas estruturais da sociedade brasileira, sendo responsável pelo aumento exponencial de violências contra as mulheres, a desregulamentação e os retrocessos dos direitos sociais, ambientais e socioantropológicos dos povos e territórios tradicionais. Além disso, a autora destaca a ênfase da obra em voga nos desdobramentos desta conjuntura social e política nos grandes centros urbanos, pois as periferias, comunidades e favelas - formadas majoritariamente por mulheres, migrantes e pessoas negras - sentiram fortemente o desmonte de políticas públicas ligadas à educação, moradia, transporte, mobilidade e saúde.

Esperançamos, para lembrarmos de Paulo Freire³, que as ideias analisadas nos textos deste dossiê despertem e multipliquem novos sentimentos, debates e ações, cada vez mais profundos e agudos, para fazer frente ao racismo, ao eurocentrismo, ao colonialismo, ao patriarcado, à destruição predatória da natureza pela globalização neoliberal, e contribua para a luta e afirmação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e migrantes, por terra, território e corpo.

Referências da Apresentação

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo-SP: Elefante, 2018.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo-SP: Ubu Editora, 2022.

³ “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo” (FREIRE, 2016).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 23ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, 22 (48), 2020, p. 75-90.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de. Maurício Liesen. Belo Horizonte-MG: Editora Ayiné, 2018.

MASSEY, Doreen. **For Space**. London: Sage, 2005.

KAMBEBA, Márcia Wayna. **O lugar do saber**. São Leopoldo-RS: Casa Leiria, 2020.

KRENAK, Airton. **Futuro ancestral**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2022.

LOSITO, Lucila (Org.). **Mulheres de terra e água**. São Paulo-SP: Elefante, 2022.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, p. 7-10, jan. 2000.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo-SP: Elefante, 2019.

Marcos Mondardo – Possui graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2006), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2009), doutorado (2012) e pós-doutorado (2020) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é professor Associado do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Política, Geografia Regional, Geografia Agrária e Geografia da América Latina, atuando e pesquisando principalmente com os seguintes conceitos e/ou temas: território e territorialidade; fronteira e migração; regionalização e globalização; povos indígenas e comunidades tradicionais, com livros, capítulos e artigos publicados nessas áreas. É líder do Núcleo de Pesquisa sobre Território e Fronteira (NUTEF/UFGD).

Zane do Nascimento – Mulher negra baiana. Doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional (MN/UFRJ). Mestra em Antropologia Social pela UnB (PPGAS/ICS/UnB). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Bacharela Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharelado em Ciências Sociais em andamento pelo Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA/UnB). Hostess do podcast Opará.

Recebido para publicação em 14 de fevereiro de 2023.

Aceito para publicação em 14 de fevereiro de 2023.

Publicado em 14 de fevereiro de 2023.